



AS QUESTÕES DE REDISTRIBUIÇÃO E RECONHECIMENTO NA IMPRESA FEMINISTA ALTERNATIVA: O CASO *MULHERIO*

Eliza Bachega Casadei¹

RESUMO: A militância feminista surgida nas décadas de 70-80 se deparou com uma contradição interna presente nos movimentos reivindicatórios de gênero que se aloca sob uma tensão existente entre as demandas de redistribuição e as demandas de reconhecimento. O presente artigo busca avaliar como estas questões foram abordadas pelos principais periódicos feministas da época, especialmente o jornal *Mulherio*, a partir da avaliação da escolha primária de pautas e das soluções propostas para os problemas apontados nas matérias publicadas. Buscaremos entender qual o papel social de *Mulherio* enquanto um ator na luta pelos direitos das mulheres, levando-se em consideração o posicionamento dos grupos políticos envolvidos na sua publicação. Neste sentido, essa revista representou uma mudança radical na forma como o movimento feminista vinha sendo concebido até então.

PALAVRAS-CHAVE: *Segunda Onda do Feminismo; Imprensa Feminista Alternativa; Redistribuição; Reconhecimento.*

¹ Mestranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela mesma instituição. Também é editora executiva da Revista Anagrama - Revista Científica Interdisciplinar da Graduação e colaboradora do livro “Palavras Proibidas: pressupostos e subentendidos na censura teatral”.

As articulações dos movimentos feministas brasileiros que surgiram na década de 70 estavam alocadas sob uma plataforma de poder bastante específica: ao mesmo tempo em que defendiam demandas próprias das questões de gênero, vinculavam-nas às causas defendidas pelos grupos de esquerda e de resistência à ditadura militar. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que “o feminismo fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada (nós mulheres), evidenciada na anatomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais a mulher se torna mulher” (SARTI, 2004: 35), ele também esteve intimamente vinculado às questões de classe, articuladas a partir de uma base marxista.

Neste período, o chamado Movimento Feminista de Segunda Onda² brasileiro, possuía um extenso quadro de militantes com vinculações aos movimentos da esquerda marxista e, portanto, estava explícito um comprometimento com a derrubada da ditadura militar e com a instalação de um Estado socialista, além de preocupações mais gerais relacionadas à esfera do trabalho (ATHAYDE 2008). Muitas delas já haviam, inclusive, participado da luta armada e passado por experiências de tortura, prisão e exílio. Embora as feministas fossem tidas como uma importante força na luta contra a ditadura, a maior parte das questões de gênero eram relegadas a um segundo plano, que seria discutido após a conquista de demandas maiores.

Da mesma forma, alguns grupos mantinham conexões com setores da Igreja Católica que também representavam focos de luta contra a ditadura militar. Segundo a pesquisadora Cynthia Sarti, a partir dessa relação, “desacordos sabidos eram evitados pelo menos publicamente. O aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos ‘grupos de reflexão’, sem ressonância pública” (SARTI, 2004: 39).

² A “Primeira Onda” do Movimento Feminista tem início no final do século XVIII e chega até o início do século XX com demandas variadas, tais como a educação universal, o direito ao trabalho remunerado e ao voto. Já a Segunda Onda, está relacionada intimamente aos movimentos surgidos durante os anos 60 na França e nos Estados Unidos que tiveram como resultado a introdução de pautas relacionadas aos direitos das mulheres em organismos internacionais. A ONU declara o ano de 1975 como Ano Internacional da Mulher e a década posterior (1975-1985) como Década da Mulher. Outros movimentos de atuação política das mulheres poderiam ser destacados aqui, tais como a luta contra a carestia dos anos 40. A partir de clubes de mães e associações de donas de casa, essa movimentação política e social pode ser vista como uma forma de a mulher intervir no domínio público. Esses grupos, no entanto, se diferenciavam dos movimentos feministas uma vez que não tratavam da problemática da dominação masculina sobre a mulher e, por vezes, buscavam mesmo se distanciar do estigma de feministas. Sobre esse assunto, ver PINTO 2003.

No início dos anos 80, no entanto, ocorre uma ruptura no movimento feminista, marcado pela quebra da aparente harmonia entre os interesses da esquerda e dos grupos organizados de mulheres. A pesquisadora Elizabeth Cardoso aponta como momentos decisivos deste rompimento os II e III Congressos da Mulher Paulista, realizados em 1980 e 1981, respectivamente.

O II Congresso da Mulher Paulista foi cenário de disputa direta entre lideranças de esquerda e as feministas. O evento reuniu cerca de 4 mil mulheres no Tuca, teatro da PUC/São Paulo. A movimentação gigantesca foi vista como momento ideal para os partidos de esquerda (ainda na clandestinidade) conquistarem força política e convencerem as mulheres de que o feminismo era separativista e não contribuía para os ideais de uma sociedade mais justa para todos (homens e mulheres). As feministas, por sua vez, chegavam a 1980 com cinco anos de ativismo no feminismo, já estavam ensaiando a adoção da categoria "gênero" e se distanciando da questão de classe, de modo a perceberem que o Congresso deveria ser apartidário e voltado para as questões específicas das mulheres (CARDOSO, 2004:69-70).

Muitas das exiladas que voltaram ao Brasil neste período trouxeram, ao lado da militância do passado, uma forte influência de movimentos feministas que se desenrolavam na Europa. As relações de gênero obtiveram um destaque acentuado e “houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular” (SARTI, 2004: 42).

Uma tensão interna, portanto, pode ser notada na articulação dos movimentos feministas em quaisquer dos dois períodos que tomemos como referência. Trata-se de uma tensão na articulação de dois tipos de demandas que, embora interligadas, se mostram distintas: a saber, as demandas por redistribuição e as demandas por reconhecimento. Essa oposição interna se configura a partir de duas noções distintas de Justiça. Enquanto as lutas por redistribuição partem de um conceito de Justiça que buscam minar as diferenciações, a partir de uma homogeneização dos grupos sociais, as lutas por reconhecimento têm seu intuito mais voltado à valorização das particularidades e especificidades de um grupo. É esta a distinção utilizada por Nancy Fraser (2001, 2003) para explicar por que as demandas de gênero possuem, necessariamente, uma oposição interna latente que se constitui na medida em que elas necessitam de remédios que sejam capazes de lidar tanto com questões de redistribuição quanto de reconhecimento. E, nesta medida, como lidar com questões que envolvem a

necessidade de afirmação das diferenças de um determinado grupo ao mesmo tempo em que é preciso negá-las?

O presente artigo tem como objetivo utilizar as categorias expostas por Fraser como forma de avaliar o posicionamento político de um dos jornais alternativos mais significativos publicados por militantes feministas: o *Mulherio*. Delimitaremos em quais destes dois pólos, predominantemente, estavam alocadas as reivindicações desta revista, bem como sua relação com outras publicações da época. Buscaremos avaliar como essas questões foram abordadas a partir de dois parâmetros: (1) as escolhas primárias das pautas e; (2) as soluções propostas para os problemas apontados nas matérias publicadas. A partir deles, buscaremos entender qual o papel social de *Mulherio* enquanto um ator na luta pelos direitos das mulheres, levando-se em consideração o posicionamento dos grupos políticos envolvidos na sua publicação.

Antes de estudarmos o *Mulherio*, no entanto, precisamos expor melhor como se configura a tensão entre redistribuição e reconhecimento.

1. Redistribuição ou Reconhecimento: o gênero como categoria mista

Em seus estudos sobre gênero, Nancy Fraser aponta para a existência de dois tipos de apelos por justiça existentes nos movimentos sociais. O primeiro deles está relacionado às demandas redistributivas, que são àquelas relacionadas a uma repartição justa de recursos e riquezas, tal como nos grupos de esquerda tradicionais. Nos movimentos mais recentes, no entanto, um outro tipo de demanda começa a surgir, estando essa muito mais vinculada a um aspecto cultural. Trata-se da demanda por reconhecimento que, segundo a autora, teria se tornado uma forma paradigmática do conflito político no fim do século XX. Neste novo conjunto de reivindicações a “dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E reconhecimento cultural desloca a redistribuição socioeconômica como o remédio para injustiças e objetivo da luta política” (FRASER, 2001: 245). A noção de reconhecimento, portanto, está intimamente relacionada à noção de identidade e diferença. Em outras palavras, enquanto a luta pela redistribuição pode ser tomada como

a revolta contra as injustiças socioeconômicas³, a luta pelo reconhecimento é, basicamente, um pedido de reparação contra as injustiças culturais⁴, ligadas a padrões sociais de representação.

É importante esclarecer que a distinção entre as duas categorias reivindicatórias serve, em última análise, para fins analíticos, uma vez que os dois tipos de intervenção política estão, em última análise, bastante interligados. E isso porque:

Até mesmo as instituições econômicas mais materiais tem uma dimensão cultural constitutiva, irreduzível; estão atravessadas por significados e normas. Similarmente, até mesmo as práticas culturais mais discursivas têm uma dimensão político-econômica constitutiva, irreduzível; são suportadas por apoios materiais. Portanto, longe de ocuparem esferas separadas, injustiça econômica e injustiça cultural normalmente estão imbricadas, dialeticamente, reforçando-se mutuamente. Normas culturais enviesadas de forma injusta contra alguns são institucionalizadas no Estado e na economia, enquanto as desvantagens econômicas impedem participação igual na fabricação da cultura em esferas públicas e no cotidiano. O resultado é frequentemente um ciclo vicioso de subordinação cultural e econômica (FRASER, 2001: 251).

Apesar disso, a distinção entre as demandas de redistribuição e reconhecimento continua válida na medida em que permite diferenciar os remédios necessários para lidar com cada um destes problemas, remédios estes que podem significar a adoção de medidas díspares e, até mesmo, contraditórias. Tal mecanismo funciona porque cada uma das demandas tratadas se relaciona com um tipo específico de concepção que um grupo tem de si em relação aos demais que compõem a sociedade.

Neste sentido, “reivindicações de reconhecimento frequentemente adotam a forma de chamar a atenção para, se não performaticamente criar, a especificidade putativa de algum grupo e depois afirmar seus valores. Assim, tendem a promover diferenciação entre os grupos” (FRASER, 2001: 253). Um tipo ideal de um movimento que se pauta, principalmente, por reivindicações de reconhecimento, segundo Fraser, pode ser representado pelas sexualidades menosprezadas. Isso porque o preconceito

³ Como injustiças socioeconômicas, a autora aponta: “exploração (ter os frutos do trabalho de uma pessoa apropriado para o benefício de outros); marginalização econômica (ser limitado a trabalho indesejável ou baixamente remunerado ou ter acesso negado a trabalho assalariado completamente) e privação (ter negado a um padrão material adequado de vida)” (FRASER, 2001: 249).

⁴ Por injustiças culturais, a autora compreende: “dominação cultural (sendo sujeitos a padrões de interpretação e de comunicação associados a outra cultura estranha e/ou hostil); não-reconhecimento (ser considerado invisível pelas práticas representacionais, comunicativas e interpretativas de uma cultura); e desrespeito (ser difamado habitualmente em representações públicas estereotipadas culturais e/ou em interações cotidianas)” (FRASER, 2001: 250).

contra homossexuais não é advindo de sua posição na divisão do trabalho e, sim da existência de um heterossexismo social, ou seja, de construções culturais que privilegiam os heterossexuais. Nessa concepção, as lutas por justiça dos movimentos homossexuais não é advinda de uma posição específica na cadeia produtiva (tal como uma classe explorada), mas sim, está pautada por uma estrutura cultural-valorativa da sociedade. Desta forma, muito mais do que redistribuição (muito embora homossexuais possam ser vítimas de abusos também neste quesito), o remédio para este tipo de problema está alocado no reconhecimento. Em outras palavras, a solução para a desvalorização cultural da homossexualidade estaria alocada na valorização das peculiaridades do grupo e no reconhecimento de suas especificidades para a construção de representações positivas.

Essa estratégia de valorização de determinados movimentos sociais se mostra ainda mais claramente no trabalho de outros autores. Martín-Barbero, por exemplo, trata a questão através da rubrica das “visualidades” que, segundo ele, nada mais são do que as imagens através das quais passam uma construção visual do social, “em que essa visualidade provoca o deslocamento da luta pela representação para a demanda de reconhecimento” (BARBERO, 2007: 36). É através da performidade de suas especificidades enquanto grupo que alguns movimentos conseguem chamar a atenção para suas demandas, tais como os jovens colombianos descritos por Riaño (2007). A partir da divulgação de expressões artísticas marcadas por imagens de violência e marginalidade que marcavam sua experiência, que foi possível a este grupo adquirir uma visualidade que chamasse a atenção da esfera pública para as dificuldades vividas por ele: “as imagens de jovens enquanto perpetradores de violência são as que, ironicamente, possibilitaram o início da sua visualidade e as que abriram uma forma de participação na sociedade através da negociação de tratados de paz ou de espetaculares representações midiáticas” (RIÑO *apud* BARBERO, 2007: 36).

As demandas por redistribuição, no entanto, tendem a seguir uma lógica diferente. Elas “reivindicam, em contraste, a abolição de arranjos econômicos que causam especificidades de grupos (...). Tendem, assim, a promover a homogeneização entre grupos” (FRASER, 2001: 253-254). Isso acontece porque a classe é um conceito que só tem sentido enquanto visto como uma coletividade e em função de uma

determinada posição na estrutura da divisão do trabalho, posição esta que deve ser avaliada levando-se em consideração sua relação com as demais classes. Desta forma, “a classe trabalhadora Marxiana é constituída por pessoas em uma sociedade capitalista que devem vender sua força de trabalho sob certo arranjo que autoriza a classe capitalista a se apropriar do excesso de produtividade em benefício próprio” (FRASER, 2001: 256). Desta forma, a exploração está no próprio cerne da diferenciação. A solução para estes problemas está, portanto, em uma diluição das diferenças de classe.

No entanto, se nos tipos ideais das “sexualidades desprezadas” e da “classe” os remédios para suas demandas parecem estar bem resolvidos, a questão se complica quando lidamos com categorias híbridas, ou seja, com movimentos que possuem tanto reivindicações de redistribuição quanto de reconhecimento. É o caso das lutas de gênero⁵. “Coletividades ambivalentes, em suma, podem sofrer injustiças socioeconômicas e não-reconhecimento cultural em formas nas quais nenhuma dessas injustiças é um efeito indireto da outra, mas em que ambas são primárias e originais” (FRASER, 2001: 259).

Desta forma, as feministas se deparam com questões que envolvem aspectos econômicos na medida em que lutam contra a divisão entre trabalho assalariado e trabalho doméstico, divisão esta que relega o papel da mulher exclusivamente ao segundo tipo. Esta luta econômica-redistributiva também se volta, dentro do escopo do trabalho assalariado, contra a disparidade salarial baseada nas relações de gênero, que reserva as ocupações mais valorizadas e bem remuneradas aos homens. A solução para essas reivindicações está alocada na eliminação da diferenciação entre os gêneros.

Contraditoriamente, no entanto, suas demandas também se voltam para o aspecto valorativo e identitário, na medida em que se coloca contra as construções da cultura que valorizam características relacionadas à masculinidade, a partir de toda uma reavaliação de um gênero menosprezado. Estamos nos referindo a demandas que não estão relacionadas, necessariamente, ao universo do trabalho (embora possa se refrate também neste), mas que englobam diferentes aspectos da vida cotidiana tais como as demandas contra a violência contra a mulher, as construções culturais que tomam os

⁵ Além dos movimentos de gênero, Fraser também coloca a luta pela igualdade racial como paradigmática no estudo de demandas que devem atender tanto aspectos de redistribuição quanto de reconhecimento.

assuntos femininos (tais como a maternidade) como menos importantes ou a marginalizações na esfera pública e política⁶.

Gênero, em suma, é um modo ambivalente de coletividade. Contém uma face político-econômica que o traz para o âmbito da redistribuição. Mas também contém uma face cultural-valorativa que o traz simultaneamente para o âmbito do reconhecimento. Claro que as duas faces não estão claramente separadas uma da outra. Ao contrário, elas se entrelaçam para se reforçarem mutuamente de forma dialética, já que normas androcêntricas e sexistas são institucionalizadas no Estado e na economia, e a desvantagem econômica das mulheres restringe sua voz, impedindo participação igual na fabricação da cultura, em esferas públicas e na vida cotidiana. O resultado é um círculo vicioso de subordinação cultural e econômica. Então, reparar injustiças de gênero requer mudanças na economia política e na cultura (FRASER, 2001: 261).

Uma vez inseridas neste duplo registro, as causas feministas demandam, por extensão, um duplo remédio. Se, por um lado, é necessário eliminar as barreiras identitárias que diferenciam os grupos como forma de resolver as demandas por redistribuição; também é imprescindível, por outro, a adoção de mecanismos que permitam uma valorização cultural positiva das características femininas como forma de lutar contra o androcentrismo, inserindo-as no campo do reconhecimento.

A tensão, portanto, está posta. A partir de agora, procuraremos avaliar como essas questões eram tratadas pelo periódico feminista *Mulherio*, como uma forma de avaliar o seu posicionamento político e sua atuação como ator na esfera pública alternativa da época. Para isso, consideraremos as pautas apontadas pela publicação, bem como as ações transformativas propostas por ela. Essa avaliação deverá, necessariamente, levar em consideração seu posicionamento em relação aos demais veículos feministas da época, como forma de entender as especificidades de sua atuação política.

2. O espaço feminista na esfera pública dos anos 70/80:

⁶ Segundo as palavras de Fraser (2001: 260-261): “Ao lado disso [do androcentrismo] está o sexismo cultural: a desvalorização e depreciação aguda de coisas vistas como ‘femininas’, paradigmaticamente – mas não apenas – da mulher. Essa depreciação é expressada em um rol de punições sofridas pelas mulheres, incluindo agressão sexual, exploração sexual e violência doméstica; trivialização, coisificação e humilhação estereotípica nas representações da mídia; molestamente e depreciação em todas as esferas da vida cotidiana; sujeição a normas androcêntricas nas quais as mulheres aparecem como menos importantes ou desviantes e que contribui para prejudicá-las, até mesmo na ausência de qualquer intenção de discriminação; discriminação atitudinal; exclusão ou marginalização em esferas públicas e corpos deliberativos; negação de plenos direitos legais e proteções iguais”.

A pesquisadora Susan Herbst (1994) trabalha com a noção da existência de uma *esfera pública paralela* que seria constituída por arenas de discussões públicas criadas por grupo marginais como forma de dar vazão às suas opiniões. Esses espaços ou fóruns seriam criados, normalmente, a partir de uma relação de oposição em relação às grandes mídias e teriam, como objetivo mais geral, a inserção de suas reivindicações e agendas sociais em uma esfera pública mais ampla (que não se restringiria aos membros destes grupos).

Se adotarmos a perspectiva da existência desta *esfera pública paralela*, podemos afirmar que em poucos períodos da História nacional ela esteve tão desenvolvida e efervescente quanto na década de 70. Estima-se que teriam existido mais de 150 publicações alternativas neste período que versavam sobre as mais diversas temáticas, representando, com isso, um montante bastante expressivo de grupos políticos. As publicações alternativas veiculadas por feministas devem ser inseridas neste quadro geral e, “assim como existiram os alternativos voltados para a ecologia, para o humor, para o prazer, para a política, para a economia, haviam os jornais voltados para a questão feminista” (CARDOSO, 2004). Para Herbst, inclusive,

(...) o movimento feminista americano, que começou na década de 70, é uma excelente ilustração do espaço público alternativo. (...) O movimento possibilitou que as mulheres se opusessem às retóricas e às instituições do *mainstream* e, ao mesmo tempo, desenvolvessem uma nova arena de discursos. As feministas, através de livros, jornais e grupos de aumento de consciência e outras mídias, foram capazes de criar uma próspera esfera pública paralela. Essa contra-esfera pública das ativistas feministas foi capaz de desenvolver o que Felski chama de ‘contra-ideologia’, que mudou os valores da indústria cultural hegemônica (HERBST, 1994: 15 – tradução minha).

Mulherio teve seu primeiro número publicado em 1981 e costuma ser citado, ao lado de publicações como *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, como um dos veículos feministas e alternativos mais relevantes do período. De fato, dentre as três revistas, foi a que teve vida mais longa, sendo publicada até meados de 1987⁷. Era uma publicação bimestral e estima-se que sua circulação girasse em torno de 12 mil exemplares mensais (WOITOWICZ, 2008), apesar de seus leitores pertencerem a um grupo bastante restrito. Embora a intenção fosse a venda em banca, essas publicações ficaram concentradas aos

⁷ *Brasil Mulher* foi publicada de 1975 a 1979 e *Nós Mulheres* durou de 1976 a 1978.

quadros de assinantes e à divulgação em associações (ATHAYDE, 2008). Nos primeiros anos, obteve financiamento da Fundação Carlos Chagas para sua publicação.

A ascensão da publicação liderada pela jornalista Adélia Borges (que contava, além dela, com pesquisadoras, intelectuais e jornalistas em seu quadro pessoal) pode ser lida como um dos marcos que ilustram a mudança na Segunda Onda do Feminismo, tal como foi descrito anteriormente.

Brasil Mulher e *Nós Mulheres* estavam, ainda, bastante ligadas ao amálgama existente entre os grupos feministas e os movimentos de esquerda tradicionais. Essas publicações, portanto, ainda refletiam fortemente as discussões relacionadas às demandas redistributivas e à luta contra a ditadura militar na definição de suas pautas, embora isso não significasse, de maneira alguma, que as demandas de reconhecimento estivessem de todo ausente.

Editada pela Sociedade Brasil Mulher, a revista *Brasil Mulher* possuía diversas militantes de esquerda em seus quadros pessoais e, além disso, era bastante conhecida entre as refugiadas do Círculo de Mulheres de Paris que, posteriormente, teriam um papel fundamental na criação do *Nós Mulheres*. Sobre essa ligação entre os movimentos feministas e as organizações de esquerda, Rosalina Leite (2003) explica que o *Brasil Mulher* era constituído por militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Quanto ao *Nós Mulheres*, que possuía uma forte ligação com o Círculo de Mulheres de Paris, a maior parte de seu *staff* era formado por feministas de esquerda integrantes do Debate, que era uma dissidência política surgida no exílio e que agrupava ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (LEITE, 2003).

O editorial publicado na edição número zero de *Brasil Mulher* desvela, claramente, as questões que serão de interesse para a publicação. Segundo ele:

O *Brasil Mulher* não é o *Jornal da Mulher*. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres. Não desejamos nos amparar nas diferenças biológicas para desfrutar de pequenos favores masculinos, ao mesmo tempo em que o Estado, constituído de forma masculina, deixa-nos um lugar só comparado ao que é destinado por incapacidade de participação do

débil mental. (...) Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana. A época do beicinho está definitivamente para trás, porque milhares de mulheres em todo o mundo fazem jornada dupla de trabalho, num esforço físico que faz com que uma jovem mãe de 30 anos pareça estar com mais de 50; mulheres que desejavam trabalhar e serem independentes economicamente de seus maridos (BRASIL MULHER, 09/10/1975 *apud* LEITE, 2003).

Quanto ao remédio que deveria ser utilizado para a resolução destes problemas expostos, o editorial também apontava para um direcionamento claro: “Queremos usar a inteligência, informação e conhecimentos em função da igualdade e, desde já, a propomos, como equidade entre homens e mulheres de qualquer latitude” (*apud* LEITE 2003).

O posicionamento de *Brasil Mulher*, portanto estava bastante definido a partir de uma ênfase na escolha de pautas que envolvesse demandas redistributivas e soluções pautadas pelo valor da equidade e da diluição das fronteiras delimitadoras de gênero.

Essa orientação voltada para a eliminação das barreiras identitárias que diferenciam os grupos também foi explicitamente trabalhada no editorial do número um de *Nós Mulheres*:

Desde que nascemos, nós Mulheres, ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e ter filhos. Que Nós Mulheres não precisamos estudar nem trabalhar, pois isto é coisa para homem. Os próprios brinquedos da nossa infância já nos preparam para cumprir estas funções, que dizem ser a função natural da mulher: mãe e esposa. Nós meninas, devemos sempre andar limpinhas e brincar (de preferência dentro de casa) de boneca, de comidinha, de casinha. E os meninos podem andar sujos e brincar na rua, porque são moleques e porque devem ser preparar para tomar decisões, ganhar a vida e assumir a chefia da casa. (...) Aprendemos também que devemos estar sempre preocupadas com nossa aparência física, que devemos ser dóceis, submissas e puras para podermos conseguir marido. (...) Quando vamos procurar um emprego, porque o salário do marido ou do pai não dá, ou porque queremos sair um pouco da solidão das quatro paredes de uma casa, sempre encontramos mais dificuldades que o homem, porque somos mulheres (NÓS MULHERES, 1976 *apud* LEITE 2003).

Ao ironizar os conselhos dados pelas revistas destinadas às mulheres veiculadas pela grande imprensa da época, o editorial expõe de forma negativa as diferenciações que a sociedade impõe a homens e mulheres. A solução para esses problemas seria a diluição radical dessa formação que impõe, de forma artificial, determinadas especificidades para cada um dos gêneros, como fica explícito no trecho seguinte:

Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa que moramos e os filhos que temos, são deles e que eles devem assumir junto conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta por torná-las sociais. Mas não é só. Nós Mulheres queremos, junto com os homens lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. (...) E por isto, não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação (NÓS MULHERES, 1976 *apud* LEITE 2003)

Brasil Mulher e Nós Mulheres, portanto, eram publicações que possuíam uma preocupação fundamental com questões vinculadas à redistribuição e, enquanto atores sociais, estimulavam um apagamento das fronteiras que delimitavam as possibilidades de ação de homens e mulheres, voltando-se, neste sentido, para uma luta muito mais humanística do que propriamente de gênero.

3. *Mulherio*: um passo em direção às questões de reconhecimento:

Assim como nos dois veículos que citamos anteriormente, também em *Mulherio* o editorial da primeira edição (assinado por Adélia Borges) marca os parâmetros que serão levados em consideração na escolha de pautas das edições posteriores e torna explícita a forma pela qual essa publicação se diferencia das veiculadas nos anos anteriores. De acordo com o texto: “era apenas um folheto, desprezioso, anunciando o lançamento de um jornal. Mas a repercussão que o número zero de *Mulherio* alcançou surpreendeu-nos, como a demonstrar que **a mulher brasileira precisa realmente de um veículo de comunicação que divulgue suas coisas de uma forma nova, nossa**” (BORGES, 1981: 2 – grifo meu)⁸.

O trecho, portanto, enfatiza a valorização das especificidades do gênero como uma forma de luta para a emancipação feminina, alocando-se, desta forma, em uma esfera que toma as assimetrias nas questões de reconhecimento como fonte primária dos problemas das mulheres. Pressupõe-se, portanto, que à valorização do gênero menosprezado através de uma reavaliação positiva de suas especificidades (a divulgação de suas coisas de uma forma nova, nossa), funcionaria como uma forma de nivelar as assimetrias sociais envolvidas na questão.

⁸ Os exemplares de *Mulherio* puderam ser consultados junto ao acervo da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

As demais pautas seguem esse mesmo parâmetro. Neste primeiro fascículo (que trazia como matéria principal de capa a maternidade a partir de um ponto de vista feminista), excetuando-se uma delas, todas as demais reportagens publicadas enfatizavam, prioritariamente, questões relativas ao reconhecimento e a valorização positiva da identidade feminina. Foram noticiados temas como a violência contra a mulher, as comemorações do 8 de Março e a veiculação de programas culturais sobre/voltados para a mulher. Apenas uma matéria desta edição (“Trabalho Doméstico, função de todos”, assinada por Tânia Maria Mendes) se afasta dessa orientação na medida em que discorre sobre uma família cujos membros dividiam igualmente os afazeres domésticos, apagando, com isso, as fronteiras que diferenciavam as funções de homens e mulheres perante o lar. Essa proeminência de pautas relacionadas à questão do reconhecimento é mantida nos números subsequentes de *Mulherio*.

Outro aspecto bastante relevante do periódico é a forma como este defendia uma valorização de uma imagem identitária bastante específica de feminilidade; identidade essa que se contrapunha frontalmente àquela veiculada pelas mídias tradicionais destinadas às mulheres e produzida pelos grandes conglomerados midiáticos. Isso é patente na reportagem sobre a maternidade (que busca desconstruir o mito de que a mulher teria uma habilidade e uma predestinação natural em ser mãe), mas é posta de forma ainda mais contundente no artigo “Em contraponto, *Capricho* e *Mulherio*”.

No texto em questão, Mariza Correa transcreve uma carta que uma leitora havia enviado para a revista *Capricho*, relatando que ela havia adiado a data de seu casamento por ter constatado que seu clitóris era mais desenvolvido do que o da maioria das outras mulheres. A leitora perguntava à revista, então, se existiria alguma cirurgia capaz de consertar este problema. Como resposta, *Capricho* não só constata que a tal cirurgia chamada de “clitoridectomia ou amputação do clitóris” existe como, de certa forma, incentiva a realização da mesma ao afirmar que se trata de uma cirurgia simples, sem complicações e com resultados bastante satisfatórios. Enfatiza, ainda, que a leitora pode ficar tranquila uma vez que o clitóris grande (que segundo a revista é resultado de um excesso de hormônios masculinos no sangue) é um caso frequente entre as mulheres.

Mulherio, por sua vez, não só repudia a resposta de *Capricho*, como identifica a cirurgia como uma prática mutiladora do corpo feminino: “Sim, esta operação existe:

ela foi inventada pelos médicos do século passado para curar as manifestações da sexualidade feminina que fossem consideradas desviantes dos rígidos padrões de comportamento impostos às mulheres daquela época” (CORREA, 1981: 14). Além de atestar que a cirurgia poderia levar à perda da sensibilidade erótica da mulher, *Mulherio* coloca, ainda, que o conhecimento e autoridade sobre o próprio corpo é uma das formas possíveis de libertação da mulher:

Outra [conquista importante] foi a aprendizagem de que o clitóris é parte da anatomia feminina e pode variar em tamanho de mulher para mulher – como varia o volume dos seios ou a largura dos quadris. Assim, o que costuma se chamar de “crescimento exagerado” do clitóris pode ser simplesmente uma tentativa de reduzir todas as mulheres a um mesmo padrão de conformação corporal. Pode ser também a expressão da confusão que a presença deste órgão feminino, tão parecido com o pênis, mas tão diferente dele, causa na cabeça dos homens (CORREA, 1981: 14).

A revista mantinha, também, um espaço reservado fixo para a publicação de trechos de matérias veiculadas na grande imprensa que representassem algum tipo de discriminação contra a mulher.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que alguns dos conflitos existentes entre a esquerda tradicional e a visão das feministas também encontram eco nas páginas de *Mulherio*. Um exemplo é a reportagem “Façam o que eu digo, não façam o que eu faço”, que versa sobre o lançamento do livro de Maria Antonieta Macciochi sobre como o pensamento marxista exclui as mulheres da *práxis* política. A reportagem afirma que “Marx se tornou sinônimo da expulsão da mulher do pensamento político, e aquela que aí ousa intervir parece tão obscena aos carolas teóricos, quanto a deusa Razão dançando nua na Igreja Notre-Dame durante a Revolução Francesa” (MULHERIO, 1983: 12). Um aspecto importante da reportagem merece ser destacado a partir do seguinte trecho:

(...) Por que, também entre os marxistas, a mulher que faz política tem sido considerada inaceitável ou indigesta? Por que os mais prudentes deixaram suas mulheres num segundo plano até transformá-las na dona-de-casa a mais empoeirada? A mulher em política é, na minha opinião, inaceitável porque ela rompe o pacto secreto que existe entre o público (homem) e o privado (mulher) e coloca na posição horizontal o corpo materno que para o homem, mesmo o marxista, é vertical, assexuado. (...) eu me voltei para a análise – crua e insólita – das relações entre os fundadores do marxismo e suas mulheres. Cheguei à conclusão de que a ambiguidade e a hipocrisia social, o “como-dever-ser” pequeno burguês, a carolice foram quase sempre a regra entre o relacionamento entre revolucionários, suas mulheres e filhas. Nós estamos, como se vê, diante de um problema crucial não para percorrer a história passada, mas, ao contrário, para compreender que, enquanto essa podridão de moralidade pequeno-burguesa

subsistir, que não haverá, no movimento operário, esperanças para um materialismo feminista (MULHERIO, 1983: 12).

Estamos nos referindo ao fato de que o trecho em questão novamente reafirma o posicionamento da revista em dotar as questões que causam distúrbios às mulheres como problemáticas preferencialmente de reconhecimento. A identidade feminina é posta em oposição à masculina e os problemas não podem ser reduzidos à esfera da redistribuição econômica. O problema, aqui, aliás, é posto sob uma ótica inversa quando a autora afirma que não será possível o alcance de um materialismo feminista ao menos que ocorra uma reconstrução positiva da imagem feminina na sociedade – inclusive, entre os marxistas. A esfera da redistribuição é, portanto, subordinada a do reconhecimento.

Essa questão parece ser relativizada no editorial da edição de Maio-Junho de 1984, que marca o retorno da publicação de *Mulherio*, depois de um período de sete meses fora de circulação, em que a Fundação Carlos Chagas havia retirado o apoio financeiro à revista. Neste texto, Adélia Borges afirma que a publicação precisaria mudar de rumos e incorporar também a questão do homem em suas matérias, através de uma diversificação de pautas. Essa incorporação, no entanto, obedece a uma lógica bastante particular:

Pretendemos tratar de nosso cotidiano e entrar em áreas que, na imprensa, são guetos masculinos, como a economia, a política, o esporte, a polícia, trazendo para aí a questão específica das mulheres. E pretendemos incorporar no jornal o ponto de vista masculino, pois entendemos que não se pode falar em “questão da mulher” sem se falar na “questão do homem”. Ou seja: queremos dar, sempre que possível, o contraponto do homem às experiências femininas. (...) *Mulherio* (...) não quer jogar lenha na fogueira da “guerra dos sexos”, mas voltar-se para a procura do encontro e do entendimento – sem que, para isso, precisemos retroceder ao tempo em que não havia guerra, apenas um grande desentendimento disfarçado de paz. Tempo de dois mundos muito distintos – o masculino e o feminino, um jogando o desgastante papel de ser sempre forte, o outro jogando o frustrante papel de ser sempre fraco (e quanta fortaleza há, por exemplo, no jogo cruel da mãe sempre vítima que abre mão de si mesma pelo marido e pelos filhos, mas cobra deles, a vida inteira, essa estéril renúncia) (BORGES, 1984: 2).

Embora o editorial aponte para uma diluição de fronteiras entre o feminino e o masculino, a questão é tratada do ponto de vista de uma revalorização cultural de uma sexualidade menosprezada. Isso fica claro quando o editorial se propõe a tratar de temas tidos normalmente, na grande imprensa, como do universo masculino, porém, sob um ponto de vista da mulher. Os problemas femininos são tratados em suas particularidades

e não como uma consequência de problemas que afetam a sociedade como um todo (tais como seria posto nas demandas redistributivas).

A especificidade deste tipo de abordagem da demanda pelo reconhecimento se estrutura em torno do fato de que a diluição entre o feminino e o masculino proposta (onde o masculino não precise jogar o desgastante papel de ser sempre forte e nem o feminino precise vestir o frustrante papel de ser sempre fraco) não esta estruturada em torno de simples remédios que corrijam os resultados indesejáveis de determinados arranjos sociais. Trata-se de uma demanda, sim, que propõe a mudança nos processos (ou nos arcabouços genéricos, nas palavras de Fraser) que produzem esses arranjos. Estamos nos referindo a uma mudança na ênfase de uma luta meramente afirmativa, para uma luta transformativa. Neste arcabouço, as especificidades não devem ser meramente apagadas, mas sim, através da proposição de uma mudança na estrutura dos processos, as particularidades dos gêneros são reafirmadas através de um rearranjo dos elementos que os constituem.

4. Considerações Finais:

Os feminismos se alocam dentro do arcabouço que Castells (1999) chama de “identidades de projeto”. Por este termo, entende-se a ação de determinados indivíduos que, apesar de já terem um papel social consolidado, têm o objetivo de redefinir suas posições na sociedade. Estas identidades de projeto se referem, especialmente, à “capacidade desenvolvida pelos sujeitos de refletirem sobre si próprios e de imaginarem de forma ativa a sua biografia” (CUNHA, 2007: 192). Mais do que isso, têm como objetivo não só a realocação do indivíduo sozinho, mas a mudança de toda a estrutura social em seu entorno. No caso dos feminismos, portanto, para realocar o papel social da mulher, armaram-se trincheiras de resistência contra toda a estrutura patriarcal e, conseqüentemente, contra os sistemas de produção, reprodução, sexualidade e personalidade. Para Castells, esse processo de construção de identidade produz sujeitos e expande-se “no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade” (CASTELLS, 1999: 26).

A partir desta ótica, uma luta feminista não pode ser apartada da necessidade de um esforço que abarque tanto reivindicações de cunho redistributivo (como uma

inserção justa e igualitária da mulher no mercado de trabalho), quanto as demandas relacionadas ao reconhecimento (com uma reconstrução de uma do papel valorativo atribuído à mulher na cultura), de forma a dar conta dos processos que envolvem o papel do sexo feminino na sociedade. Através do estudo das publicações da imprensa alternativa dos anos 70/80, ligados aos movimentos de luta pela emancipação da mulher, especialmente do jornal *Mulherio*, pudemos notar que os movimentos feministas sensibilizaram-se com estes fatos em seus veículos de expressão, embora, tenham dado ênfases diferenciadas para estes dois processos.

Nos primeiros jornais feministas, publicados na década de 1970, as lutas pela redistribuição são tidas como o referencial a ser tomado e como elemento inseparável dos demais problemas vividos pelas mulheres em sociedade. Essa perspectiva é debitária, em grande medida, da aproximação existente entre os movimentos feministas e os grupos de esquerda tradicionais. Os jornais, portanto, refletiam esse arranjo de poder existente entre os dois movimentos e, enquanto agentes sociais, estimulavam um apagamento das fronteiras que delimitavam as especificidades de homens e mulheres, voltando-se, neste sentido, para uma luta de caráter mais humanístico.

Mulherio marca uma ruptura neste sentido, pois, a partir de um afastamento entre os grupos de esquerda tradicionais e o movimento feminista, as questões de gênero passam a obter maior importância, realocando a luta para as reivindicações ligadas ao reconhecimento. A característica principal deste tipo de demanda é a tentativa de valorização cultural de um grupo tido como inferior na sociedade. Se até 1984, *Mulherio* apoiava esta valorização a partir de ações afirmativas, depois deste período, o enfoque passou a ser posto em movimentações de caráter transformativo.

Embora uma contradição interna se imponha, Nancy Fraser já havia apontado o perigo que se aloca em ações que não combinam tanto a redistribuição quanto o reconhecimento transformativos em suas demandas. Se o reconhecimento não for acompanhado da redistribuição, um grupo pode se tornar culturalmente valorizado, mas não contar com a contrapartida material que lhe é devida. De maneira correspondente, quando a redistribuição não vem acompanhada do reconhecimento, embora algumas injustiças sociais possam ser reparadas, as estruturas que geram as desvantagens econômicas permanecem intactas. Neste sentido, as experiências dos jornais feministas

dos anos 70/80 mostraram formas próprias de lidar com essa questão, que precisam ser repensadas para a articulação e divulgação de um movimento feminista na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATHAYDE, Maria Cristina de Oliveira. “O movimento feminista nas páginas dos jornais feministas do Brasil e da Argentina: *Nós Mulheres, Mulherio e Persona* em cena”. *Anais de Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis: UFSC, 25 a 28 de Agosto de 2008.

BORGES, Adélia. “Nosso Recado”. *Mulherio*, ano 1, número 1. São Paulo: Maio-Junho de 1981.

BORGES, Adélia. “Vamos que vamos ou: voltamos que voltamos”. *Mulherio*, ano 4, número 16. São Paulo: Maio-Junho de 1984.

CARDOSO, Elizabeth da P. *Imprensa Feminista Brasileira pós-1974*. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: ECA-USP, 2004.

CORREA, Mariza. “Em contraponto: *Capricho e Mulherio*”. *Mulherio*, ano 1, número 1. São Paulo: Maio-Junho de 1981.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento: dilemas da justiça na era pós-socialista”. In SOUZA, Jessé (org). *Democracia Hoje*. Brasília: UNB, 2001.

FRASER, Nancy. “Redistribution or Recognition? A Critique of Justice Truncated”. In FRASER, Nancy e HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. Nova Iorque: Verso, 2003, P.7-109.

HERBST, Susan. *Politics at the Margin: historical studies of public expression outside the mainstream*. Melbourne: Cambridge University Press, 1994.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. “*Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*”. *Revista de Estudos Feministas*, volume 11, número 1. Florianópolis, Janeiro-Junho de 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. “Novas visibilidades políticas da cidade e visualidades narrativas da violência”. *Matrizes*, ano 1, número 1, Julho-Dezembro de 2007. São Paulo: ECA-USP: 2007, p. 27-40.

MULHERIO. “Façam o que eu digo, não façam o que eu faço”. *Mulherio*, ano 3, número 11. São Paulo: Janeiro-Fevereiro de 1983.

PINTO, Céli Regina. “O novo feminismo nasce na ditadura”. In: *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. “O Feminismo Brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”. *Estudos Feministas*, ano 12, volume 2, número 264. Florianópolis, Maio-Agosto de 2004, p.35-50.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

WOITOWICZ, Karina Janz. “A Imprensa Feminista na luta contra o silenciamento e a impunidade: páginas do movimento de mulheres brasileiras pelo fim da violência sexual e doméstica entre os anos 1970/80”. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, volume X, número 2, Maio-Agosto de 2008.